

DOI: [10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT03.008](https://doi.org/10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT03.008)

## A CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA EM ARTHUR RAMOS (1939): UM INVESTIMENTO BIOPOLÍTICO

### Fernanda Lays da Silva Santos

Doutoranda do Curso de Pós Graduação em Educação pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL, [fernanda.lays@cedu.ufal.br](mailto:fernanda.lays@cedu.ufal.br)

### Ana Paula Teodoro dos Santos

Doutoranda do Curso de Pós Graduação em Educação pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL, [anapaula\\_uneal@hotmail.com](mailto:anapaula_uneal@hotmail.com)

### Geovanio da Silva Santana

Mestre pelo Programa de Pós Graduação em Educação pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL, [geovaniossantana@hotmail.com](mailto:geovaniossantana@hotmail.com)

### Walter Matias Lima

Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Professor Titular da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, [waltermatias@gmail.com](mailto:waltermatias@gmail.com)

## RESUMO

Historicamente, a infância tem sido alvo de projetos educativos e sociais que não estão isentos de neutralidade política, constituindo-se neles visões de mundo, sociedade, ser humano, sobretudo de infância. A preocupação com a infância esteve presente em discursos e ações de intelectuais, entre eles, o médico Arthur Ramos. O psiquiatra alagoano dedicou-se a investigar, no Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental (SOHM), o comportamento de crianças de escola pública tidas como "anormais", analisando mais de dois mil escolares, aplicando, sobretudo, o método clínico. Segundo Foucault (2014), a medicina foi uma estratégia biopolítica que interveio na vida das populações, docilizando corpos e mentes para garantir força de trabalho útil, sadia e submissa. Partimos do pressuposto de que, historicamente, a infância tem sido

o anseio dos sonhos dos políticos, conforme Kohan (2009). Partindo disso, tem-se como objetivo analisar a noção de infância no discurso médico de Arthur Ramos, divulgado nas produções *A criança problema* e *Saúde do espírito*, ambas de 1939. Como a infância foi tratada e sua relação com estratégias biopolíticas? Esta é uma pesquisa de caráter documental e bibliográfico, com base nos estudos pós-estruturalistas, sobretudo do filósofo Michel Foucault. Percebem-se intervenções médicas no corpo e na mente das crianças, que seriam moldadas a um contexto utilitarista e liberal, logo, docilizadas, circunscritas em relações de poder, constituindo, assim, uma estratégia biopolítica que nos auxiliam a refletir sobre a história da educação infantil. Conhecer a história e refletir sobre ela é uma forma de compreender o percurso da educação e sua complexidade, a fim de trilhar outros caminhos.

**Palavras-chave:** Infância, Biopolítica, Higienismo, História da Educação Infantil.

## 1 NOTAS INTRODUTÓRIAS

O presente artigo tem por finalidade traçar uma análise sobre a obra do alagoano, Arthur Ramos, intitulada de *Criança Problema*. O objetivo é identificar o lugar atribuído à infância e sua relação com estratégias biopolíticas no higienismo de Arthur Ramos, a fim de pensarmos como se constituiu a visão de infância na educação brasileira, no recorte histórico do século XX.

A produção e divulgação do livro *Criança Problema* envolveu um contexto circunscrito pelos os anseios de ordem e progresso para o constructo de uma sociedade moderna. O Brasil era visto como uma nação em atraso em relação aos países europeus em que condições de vícios, pauperismo, criminalidade, desvios biológicos e de conduta, eram vistos como problemas isolados e de ordem natural (e até mesmo contagiosos). Um projeto social e educacional se tornou preocupação dos dirigentes e alguns intelectuais, sobretudo, no início do século XX, a fim de formar indivíduos adaptados e úteis à sociedade urbano-industrial. A maioria dos discursos médicos ganhou uma projeção por meio de uma racionalidade científica com um pensamento de regeneração da sociedade, intervindo sobre o corpo biológico, com hábitos de higiene, ginástica, alimentação, controle de instintos, comportamento, e conseqüentemente, adentrando no corpo social.

O livro analisado foi fruto da atuação do médico alagoano Arthur Ramos no Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental (SOHM) durante os anos de 1934-1939 em que analisou mais de 2000 crianças denominadas como "anormais". O psiquiatra utilizava métodos como anamnese, observações, entrevistas com a família, para traçar um diagnóstico e definir a situação da criança, e a partir desse momento, tecia orientações aos familiares e educadores.

O movimento higienista tornou-se notório ainda no século XIX, pois seus adeptos seguiam o que tinha de mais inovador na área das ciências biológicas, humanas sociais neste período. Entre algumas teorias consideradas científicas podemos destacar as variações do evolucionismo de Charles Darwin (1809-1882) que fundamentaram as teorias raciais, sendo elas a Eugenia de Francis Galton (1822-1911) e o darwinismo social de Herbert Spencer (1820-1903). O primeiro fundamentou os estudos estatísticos sobre a inteligência

humana através de testes de QIs, em que evidenciava a classificação dos indivíduos inferiores e superiores.

Nessa concepção, a inteligência era hereditária e por isso a necessidade de promover a seleção dos mais úteis para sociedade capitalista. Nesse sentido foi estabelecido que as raças tidas como inferiores e primitivas (negros e indígenas) deveriam ser eliminadas por meio de cruzamentos desejáveis e em detrimento o nascimento de sujeitos superiores (branco europeu) para compor a nação, contribuindo para sua “evolução”. A segunda perspectiva teórica influenciou bastante os ordenamentos curriculares no final do século XIX, e assim por diante, na concepção de Herbert Spencer, era por meio de uma educação física e moral que uma nação obteria a ordem, e assim, o tão sonhado progresso. Houve outras teorias como a psicanálise, conforme Ramos (1958), que ajudou no tratamento dos ditos alienados que eram considerados pessoas que apresentavam desvios de comportamento como, por exemplo: vícios, psicoses, neuroses, ociosidade, ou simplesmente, por serem diferentes na forma de agir ou ser, tendo como referência, uma norma, um padrão.

Quanto ao perfil e ações/ intervenções dos higienistas, encontravam-se: engenheiros que se empenharam em fazer reformas sanitárias nos centros urbanos para evitar a proliferação de doenças e facilitar a circulação típica do movimento do crescimento da indústria e do comércio que aqui se iniciava; houve os advogados e juristas das faculdades de Direito que por meio da lei e de suas revistas propagavam discursos sobre raças e moralidade da população; entre os higienistas também se destacaram os médicos que por meio de instituição de pesquisa e clínicas de higiene mental, buscavam por meio de intervenções, prevenir e corrigir as doenças sociais como alcoolismo, a proliferação de doenças como sífilis, as doenças mentais (alienados), o desvio de caráter que induz aos vícios como a jogatina, a violência e os roubos, entre outros. Assim, como promoviam campanhas educacionais, intervinham por meio de vacinas e promoviam o saneamento urbano junto aos engenheiros reformistas.

O grupo de higienistas que nos interessa é o dos médicos, pois este trabalho será desenvolvido sob a ótica do intelectual e psiquiatra Arthur Ramos. Desse modo, o escolhemos por dois motivos: o

primeiro está associado à importância dos estudos históricos que resgatam a memória local por meio do levantamento dos intelectuais alagoanos com a intenção de contribuir para a sua formação identitária e para a história da infância e segundo porque as pesquisas e os trabalhos deste médico na área da higiene mental e na antropologia foram numerosas para o Brasil, intervindo diretamente na educação infantil, sendo considerado por muitos historiadores biográficos como um homem além do seu tempo.

Arthur Ramos (1903-1949), médico psiquiátrico, se destacou desde a infância nos estudos e atuação na cidade de Pilar-AL como escritor do jornal local, orador, entre outras funções. Em 1926, ingressou na faculdade de medicina na Bahia na qual desenvolveu várias pesquisas relacionadas à medicina legal, psiquiatria, educação, antropologia, sociologia, etnografia, cerca de 458 estudos. Ramos destacou-se com seus estudos sobre psicanálise, trocando correspondências com o próprio fundador da Psicanálise, Sigmund Freud. Após publicar várias pesquisas sobre educação e psicanálise e de ser adepto ao movimento higienista, que veio a se propagar no Brasil no início do século XX, Ramos foi convidado por Anísio Teixeira para chefiar o Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental no Distrito Federal, atuou no período de 1934 a 1939, momento que resultou nas obras *Criança Problema* (1939) e *Saúde do Espírito* (1958).

Para este estudo que envolve o campo da historiografia, nos baseamos em Marc Bloch (2001), buscamos entender que a vida humana é rica em múltiplos aspectos e as fontes históricas por si só não falam, são as perguntas elaboradas pelos pesquisadores/as que dão vida aos documentos sejam orais ou escritos. Corroborando com essa mesma ideia, Arlette Farge (2009) afirma que os documentos impressionam pela posição ambígua em que se apresentam; é preciso desvendar dramas cujos homens e mulheres não estão pintados por inteiro, são breves vestígios de fragmentos que contam partes do que aconteceu. Por isso escolhemos como estratégia de pesquisa a análise documental e bibliográfica que teve como parâmetro os estudos de Walter Kohan (2009), Michel Foucault (1996, 2010, 2014), Caponi (2012), entre outros.

A metodologia busca responder à seguinte pergunta: Qual o “lugar” atribuído à infância no pensamento de Arthur Ramos? Outras perguntas também nortearam nossa investigação, a saber:

Como a infância tem sido percebida? As orientações do médico alagoano constituem-se em uma estratégia biopolítica? O discurso sobre a infância envolve relações de saber e poder? A visão de infância de Arthur Ramos atravessa a atualidade? Temos como intuito analisar e problematizar o tratamento dado à infância e suas implicações para a formação humana e da sociedade. Para tal propósito, o nosso trabalho apresenta ao leitor quem foi Arthur Ramos e sua trajetória profissional, o discurso da higiene mental na formação infantil, intervenção médica sobre o corpo individual e social e conceitos de infância. A contribuição deste trabalho reside em refletir sobre a história da infância, que por meio dos vestígios fornecidos e da hermenêutica do discurso foucaultiana, nos possibilita uma atitude crítica frente a normatização do ser criança e do “lugar” da infância.

Contudo, o intelectual em foco estudava o comportamento tido como anormal de crianças vistas por ele como “desajustadas”, o qual criou um discurso sobre a infância, tendo-a como objeto dos sonhos políticos. Destinava orientações à população e professores a lidar com os infantes, de forma “eficaz”, mostrando a higiene mental como a “salvação” para os problemas que impediam a ordem e o progresso na construção da sociedade moderna.

## 2 A INFÂNCIA EM A CRIANÇA PROBLEMA (1939)

O alagoano Arthur Ramos teve uma trajetória profissional e intelectual frutífera ao chefiar o Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental - SOHM (1934-1939) no Distrito Federal. Como fruto de seu trabalho, escreveu obras sobre a infância e uma delas - Criança Problema (1939) - foi reeditada em 1954. Assim, durante cinco anos, Arthur Ramos atuou em escolas experimentais analisando mais de 2.000 crianças, buscando identificar as possíveis causas psicossociais de comportamentos “desajustados” de escolares-problema.

Arthur Ramos tinha o intuito de investigar os círculos de vida da criança por meio de vários métodos, a fim de constatar as origens do comportamento de crianças “indisciplinadas” e com dificuldades de aprendizagem, indo além de testes simplistas e rotuladores. O propósito era conhecer as raízes dos comportamentos tidos como indesejáveis para uma sociedade que desejava ajustar-se aos

novos padrões conduzidos pelo liberalismo burguês, a indústria e a ciência.

O intelectual em questão via nos princípios da Psicanálise a oportunidade de introduzir a higiene mental na escola como intuito de, por meio dela, prevenir e/ou corrigir a conduta humana rumo à formação de indivíduos considerados sadios.

A intervenção de Arthur Ramos (1939) limita-se à leitura do método clínico, desconsiderando outros aspectos tais como econômicos, culturais, filosóficos que envolviam as famílias da criança “problema”. Desse modo, o saber médico de Ramos assume um lugar privilegiado no campo educativo e social, criando discursos, produzindo saberes, caracterizando uma estratégia biopolítica, conforme Foucault (2014). A biopolítica como uma tecnologia de poder ganhou fôlego na transição do século XVIII e começo do século XIX que se preocupou com a gestão da saúde, higiene, da alimentação e sexualidade da população. A medicina de Arthur Ramos constituiu uma produção de saberes e intervenções sobre o comportamento do povo, caracterizando-se como uma manobra biopolítica, tecida por relações de saber e poder.

O livro *A criança problema* (1939), resultante do trabalho de Arthur Ramos nas escolas experimentais do Rio de Janeiro, divide-se em 20 capítulos, entre eles: A Herança e Ambiente; A Criança Escorraçada; As Constelações Familiares; Filho Único; Filho Caçula; rivalidade entre irmãos; avós e outros parentes; A Criança Turbulenta; Tiques e Ritmias; As Fugas Escolares; Os Problemas Sexuais; Medo e Angústia e a Pré-Delinquência Infantil: a mentira e os furtos.

A preocupação com o futuro era constante nos discursos dos intelectuais da época. O próprio livro de Ramos traz um trecho do escolanovista Anísio Teixeira em que elogia o médico: “Um dos maiores livros de educação escritos entre nós que está realmente trabalhando para o futuro”. (RAMOS, 1939, p. 9). O discurso científico era legitimado, “autorizado”, “confiável”, pois, “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfazer a certas exigências ou se não for de início, qualificado para fazê-lo”. (FOUCAULT, 1996b, p.37). Nisso, vemos duas questões que norteiam a discussão deste artigo: A primeira de como a infância foi objeto dos sonhos políticos para formar o futuro adulto, sempre em uma visão futurista, destituída da experiência do presente. A segunda de como conteúdos históricos

nos possibilitam refletir sobre processos de subjetivação que foram naturalizados na mente e corpo, e que foram mascaradas sua real intencionalidade, pois “quero designar, em suma, conteúdos históricos que foram sepultados, mascarados em coerências funcionais ou em sistematizações formais” (FOUCAULT, 2010, p.08). Desse modo, os saberes históricos envolvem um contexto, uma intencionalidade, assim, isento de uma neutralidade.

Arthur Ramos buscou desmistificar o termo “anormalidade genética” atribuída à criança que apresentava desvios de comportamentos, defendendo o meio social como determinante da conduta humana, pois “o homem é produto de sua civilização” (RAMOS, 1939b, p. 40). Segundo o médico alagoano, o comportamento humano varia no tempo e no espaço, e as opiniões, os desejos, a lógica humana variam na história e geografia. Mesmo que o alagoano não considere apenas a hereditariedade como os eugenistas, mas também a cultura como influenciadora da personalidade humana, ele se enquadra em uma visão positivista, determinista da condição humana, pois o homem é um “produto” de sua “civilização”, e não um produtor, um construtor. A higiene mental é considerada por Arthur Ramos como “salvadora”, pois ela investiga a repercussão dos círculos sociais para a formação da personalidade com o intuito de prevenir ou corrigir, mas sempre atuando sobre o sujeito para ele se adaptar, e não o ser humano atuando sobre seu contexto, nem transformando-o.

Segundo Ramos (1954), o problema não era a criança, mas as influências do meio familiar e escolar sobre ela. Ele tira a culpa da criança, mas culpabiliza a família. Assim, a família é o problema. Retirar a responsabilidade da criança foi uma contribuição de Arthur Ramos para pensar a educação, porém em sua visão, a criança não é sujeito, e sim, manipulável. O médico alagoano destaca mais de 2.000 relatos sobre as crianças investigadas no Serviço de Ortofrenia, divulgando vários casos no livro já mencionado, que demonstram suas concepções. Seguem abaixo um dos relatos:

Obs. 8 (Escola ‘Manuel Bomfim’, ficha nº 290 do S.O.H.M.) M.A.N., menino de 8 anos [...] Na Escola, é desobediente, fanfarrão, tagarela. Da sua ficha: ‘1936 – Esta criança está desajustada ao meio escolar. Não cumpre os deveres de classe, **é desobediente às**



ordens gerais da Escola.' (RAMOS, 1954, p. 62, grifos nossos).

Podemos perceber o quanto é desejável uma criança “obediência” e “adaptada” ao regime da Escola, sendo a obediência semelhante à ordem e como precursor do progresso vem a ordem (ordem e progresso) para o futuro adulto caracterizando uma visão positivista. Há lugar para ser sujeito criança na clínica de conduta de Ramos? De acordo com Ariès (1981), a infância é um conceito que surge na modernidade em decorrência das transformações advindas do sistema capitalista. O termo *infantia* vem do latim que significa sem voz, sem fala, um indivíduo que é falado através do adulto. O anseio pela obediência fazia parte do projeto educacional, pois na fala de

Anísio Teixeira a Ramos: “Era um ensaio de educação moral científica. Era uma tentativa de controle da conduta humana. Era, francamente, uma aventura para o dia de amanhã.” (RAMOS, 1954, p.9). Para dialogar, trazemos aqui, o conceito de estrangeiridade e hospitalidade mencionado por Derrida (1997), em que o estrangeiro é o diferente, o fora da norma, dos padrões impostos, o outro. A criança problema de Ramos é a que precisa se ajustar, a desviante da norma. Para Foucault (1996), a norma é o que circula entre o disciplinar e o regulamentador que se aplica a um corpo ou a uma população. A norma é prescritiva com princípios de comparabilidade e medição que provocam situações de exclusão e homogeneização, conforme Veiga Neto e Lopes (2007).

Partindo desse pressuposto, a criança é a desviante, fora da norma, é a outra, na visão adultocêntrica de Ramos (1939) que podemos pensar como a estrangeira. E como a estrangeira era recebida? Qual o lugar da estrangeira? Conforme Kohan (2009), a infância, por vezes, é vista como estrangeira em que se busca trazer o estrangeiro à terra do adulto e de que o dono da casa, “o adulto” se auto proclama sabedor de uma verdade e esta é imposta a criança. O estrangeiro, o desviante “deve” ser conduzido e moldado para se adaptar, evitando a desordem. Seria preciso ajustá-lo para garantir um assujeitamento.

## 2.1 A INFÂNCIA CIVILIZADA: PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO

O médico alagoano traz as concepções da higiene mental para a educação nos moldes de uma sociedade moderna e científica, por um novo modelo de família e escola, para fins de controlar, disciplinar e civilizar, logo evitar a barbárie. O que seria civilizar e higienizar? Conforme Seixas (2005, p.2), “a primeira exprime um estado que nós definimos de maior aperfeiçoamento espiritual, enquanto que a segunda significa a ação para se alcançar esse estado”. Higienismo e civilização estavam entrelaçados, pois a civilização seria sair da condição da “barbárie”, do “primitivo” e alcançar os “bons modos”, “boa conduta”, “bons hábitos”. Quem necessitaria dessa civilização? Segundo

Caponi (2012, p. 28): “O degenerado era considerado, quase sem exceção, um sujeito incurável; logo não será na terapêutica, mas na prevenção, que psiquiatras e higienistas concentrarão esforços.” O que seria o civilizar? Vejamos:

até agora, só foi dito em termos gerais, isto é, a conexão entre estrutura social e estrutura da personalidade. Nessa sociedade não havia poder central suficientemente forte para obrigar as pessoas a se controlarem. Mas se nesta região ou naquela o poder de uma autoridade central crescia, se em uma área maior ou menor as pessoas eram forçadas a viver em paz entre si, a modelação das emoções e os padrões da economia dos instintos lentamente mudavam. (ELIAS, 1994, p. 199).

Em *O processo civilizador: uma história dos costumes* (1994), Norbert Elias destaca a relação existente entre mudança de comportamento, das emoções com as estruturas de controle de uma sociedade ao longo do tempo. Podemos observar na citação acima como as relações sociais e de poder interferem na personalidade humana. Segundo Elias (1994), nenhuma sociedade sobrevive sem canalizar as pulsões e emoções do indivíduo, e para exercer o controle, as pessoas impõem normas umas às outras, e essas restrições geram sentimento de medo. Apoiando-se na teoria da governamentalidade foucaultiana, Avelino (2011, p. 86-87) destaca:

“O exercício do poder será doravante uma atividade cuja indexação não é independente de uma subjetividade, de um Eu, de um Si.” Pensar em produção de subjetividade, na visão foucaultiana, envolve formar identidades, e significa pensar em um processo contínuo. Isso ocorre pelo exercício do poder através de dispositivos como a vigilância e disciplina em vários meios, entre eles, na educação, conforme Foucault (2014). Nesse viés, percebemos processos de subjetivação no pensamento de Ramos (1958), ao propor a educação higienista, isto é, a formação de hábitos, conforme apontou que “a criança é um ser de instinto e de hábitos que precisam ser cuidadosamente examinados e orientados.” (RAMOS, 1958, p.37).

Esse controle social caminha no mesmo pensamento de Foucault (1994), que afirma sobre a biopolítica como forma de controle, técnicas de disciplinamento, tecnologias de poder, uma intervenção política sobre a vida das populações. O controle não envolveria mais a exposição como o espetáculo do suplício, conforme Foucault (2014), mas o prevenir e o corrigir. A intenção de Ramos envolve um controle psicológico da criança para antecipar e corrigir comportamentos através dos preceitos da higiene mental. Na visão foucaultiana, o controle é uma economia de poder que governa a sociedade em função de normatizações integradas ao Estado, porém não se limita a macropoderes, também envolve um poder capilar, que busca modelar cada indivíduo e a governar a sua existência, desse modo, o controle é caracterizado por um duplo aspecto.

Nessa visão, o poder passa por poderes laterais como instituições psicológicas, psiquiátricas, criminológicas, pedagógicas na gestão de corpos e políticas de saúde. A biopolítica envolve a necessidade do controle do indivíduo em prol do coletivo, assim: “Permitir relação positiva em nível biológico entre quem deve morrer (degenerado): ‘perigos internos ou externos em relação à população e para a população.” (FOUCAULT, 2014, p.306). Nesse caso, não seria mais a eliminação do biológico, do ser humano físico, mas do comportamento indesejável, “primitivo”, para garantir o “bem” e “proteção” da população dominante; civilizar, formar hábitos, modernizar são os elementos fundantes desse projeto de nação moderna que se buscava na época. Para Foucault (2014), as relações de poder se constituem na guerra e pela guerra, e a biopolítica seria a guerra

por outros meios, de forma difusa, constituída “em discursos contínuos e sistemáticos” que administram e intervêm sobre a vida das populações. A educação higienista de Arthur Ramos é pautada em formar hábitos, e estes nada mais são que um processo contínuo e repetitivo de comportamentos e subjetivações. Outro relato de Arthur Ramos:

Obs. 29 (Escola ‘Estados Unidos’, ficha nº 17 do SOHM). J.A., menino de 10 anos [...] O pai é português, frequenta sessões espíritas; bate nos filhos. A mãe, brasileira é irritável, não goza de boa saúde, castiga os filhos frequentemente [...] Moram em uma casa alugada, sem acomodação para a criança, que dorme na sala de jantar. [...]. Na Escola, brinca com os colegas, tendência a dominar, brinquedos violentos. Atormenta os colegas com pancadas e já feriu um companheiro; foge constantemente das aulas; **perturba o trabalho** dos colegas [...] Os dentes são sujos, as mucosas coradas [...]. **É indisciplinado em classe.** Há dias que piora muito. Os colegas chamam-no de ‘maluco’ e ele fica exaltadíssimo. Maio de 1935 – Furtou com extrema habilidade, a fita de cinema que havia sido passada naquele dia. Acusado por dois colegas, negou terminantemente. Além do tratamento orgânico prescrito (pequenas doses de luminal, calcioterapia, antilúético...) e da instrução dada aos pais, o Serviço aconselhou o aproveitamento e a canalização da sua hiperatividade motora em **trabalhos manuais**, plásticos, jardinagem, etc. (RAMOS,1954, p. 96-97, grifos nossos).

Ao passo que Arthur Ramos destaca a importância do “trabalho” e de sua relação em sala de aula, “não perturbar o trabalho”, ainda aconselha trabalhos manuais à criança “escorraçada”. O corpo que é indisciplinado deveria ser controlado, normalizado, submisso. Assim, a infância se torna um dispositivo de controle, instrumento da medicalização e higienização. É notório a preocupação com a formação de hábitos para a obediência e trabalho, em que o investimento sobre a vida, a gestão da população, a biopolítica, toma a vida como um capital humano. Afinal, um corpo desobediente, doente, preguiçoso serviria ao sistema capitalista? A formação que envolve mais o trabalho manual do que reflexivo

seria para que classe social? Havia relações de poder no discurso de Arthur Ramos? Percebemos o quanto havia a preocupação com a obediência e trabalhos manuais, e nisso podemos ver a intervenção sobre o corpo indisciplinado, “pois o corpo só se torna útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso (FOUCAULT, 2014, p.29). Nesse sentido, o poder político se exerce como uma guerra silenciosa e contínua que se faz presente “nas instituições, nas desigualdades econômicas, na linguagem, até nos corpos de uns e de outros” (p.15-16).

Os problemas referentes à sexualidade foram destinados a dois capítulos do livro *A criança problema*. Um dos abordados, é o onanismo infantil destacado por Ramos (1954) que em poucos casos pode ser por questões orgânicas; na maioria dos casos, é do meio social, ora por “consolação”, ora por “desgosto”, ora “jogo”. Um exemplo disso, é o próximo relato, que nas palavras do médico alagoano, mesmo a aprendizagem sendo “boa”, a maior preocupação não é a aprendizagem, e sim questões morais. Desse modo, em alguns casos, passa medicação e, sempre, aconselhamento aos pais. Os pais são vistos como despreparados para lidar com os filhos, sendo o alvo da higiene mental, pois são eles (e também os professores) que vão relacionar-se diretamente com a criança. Vejamos o caso de uma criança “desajustada” por questões de sexualidade:

Obs. 190 (Escola Bárbara Ottoni, ficha nº 78 do SOHM) N.R., menina de 10 anos [...] Moram em casa alugada, sem acomodações para a menina, que dorme no mesmo quarto, com os pais e a irmã [...] É obediente, há suspeita de furtos. É sociável, bem humorada, dócil. Funções psíquicas normais. **Aprendizagem boa.** [...] **Tem o hábito de atritar as partes genitais no banco da carteira, acompanhando de uma expressão fisiológica esquisita.** A educadora, atribuindo o fato a um tique de caráter nervoso, repreendeu-a com energia. O fato foi comunicado aos pais que a castigará por isso. (RAMOS, 1954, p.315, grifos nossos).

Podemos perceber a intervenção sobre o corpo, caracterizando uma estratégia biopolítica, e de como o saber médico criou discursos sobre a infância, nesse caso, vista como imoral por questões sexuais e por suspeitas de furtos. Assim, “essa preocupação

médico-jurídica pelos desvios, pelas debilidades de caráter, pelos vícios ou sofrimentos – o momento em que a psiquiatria se transforma em uma estratégia biopolítica” (CAPONI, 2012, p. 16).

No discurso do psiquiatra alagoano sobre a infância, percebemos relações de poder em que é apresentada uma visão da criança como imoral. Convém concordar com Revel (2005, p.30.) que “a interiorização da norma patente na gestão da sexualidade, corresponde ao mesmo tempo a uma penetração extremamente fina do poder nas malhas da vida e à sua subjetivação”. Arthur Ramos produziu um saber sobre a infância que não foi neutro. Segundo Foucault (2014) o “poder e saber estão diretamente implicados, que não há relação sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (p. 31). Nessa visão, o poder não se constitui apenas pelo Estado, ou seja, não é uma posse, mas ele é fluido e se exerce em várias instituições, pela linguagem, pelo discurso, pelo corpo.

Com isso, intervir na infância para controlar os instintos, as emoções, os afetos seria uma “aventura” para o dia do “amanhã”, pois, na visão de Ramos (1958), o caráter tem as suas origens remotas nos primeiros tempos da vida infantil.” (p.35). Formar hábitos, produzir uma subjetividade dócil e útil seria necessário para garantir a ordem social e gerar o progresso econômico e “cultural”, pois controlar a selvageria, a primitividade e a loucura seria fundamental nesse projeto de nação brasileira moderna. Assim: “Antecipar e administrar as diversas formas de manifestação da loucura que pode vir a afetar, mais cedo ou mais tarde, a ordem social.” (CAPONI, 2012, p. 16). Ao defender suas ideias advindas do seu trabalho no SOHM, Arthur Ramos (1939b, p. 36) ressalta que é muito importante analisar a criança, pois: “é na infância que se encontram os núcleos do caráter da vida adulta.

A loucura não é apenas problema de caráter meramente psíquico, mas moral na visão dos higienistas. Um comportamento inadequado (vícios, mentiras, furtos, jogatina, preguiça, etc.) seria uma “loucura” que precisava ser evitada e toda loucura é o oposto da normalidade, sendo uma estratégia biopolítica, pois definir e redefinir o que é normal sobre o que lhe é oposto, envolve relações de poder, segundo Foucault (1996a). Ora, que grupo social, étnico, cultural definiria o que é normal? Quem definiu as normas?

conflitos e desajustamentos". A concepção de Ramos se apoia no ideário iluminista em que a infância está limitada a idade, e como diz Walter Kohan (2009), nesse raciocínio, a infância é vista na perspectiva da falta, é negada. Nessa direção a infância é psicologizada, que está em desenvolvimento, em uma etapa da vida, sendo considerada sujeito apenas no futuro, quando formada, e cabe ao adulto imprimir os moldes no corpo e na alma da criança para se tornar o futuro adulto adaptado e desejado.

O médico alagoano propõe uma "liberdade", sendo dada em "doses", isto é, absorvida pelo comportamento. A internalização de hábitos seria a forma de "manipulação" e maquiagem de uma falsa liberdade, em prol do indivíduo exercer um autocontrole, este conforme os hábitos formados pelo educador. Assim, Ramos (1939b, p. 65) assevera: "essa liberdade é liberdade vigiada, dosada com critério psicológico. Ela visa ao estudo da personalidade da criança, em condições reais de experiência." Essa experiência é morta e submetida à psicologização e controle, pois o tempo infantil da criança não é considerado, somente o vir a ser, e a experiência. Segundo Kohan (2009) isso só é possível no tempo presente, pois o futuro é destituído de experiência. A modernidade é marcada por esse paradoxo entre liberdade e controle social, conforme Cambi (1999).

Entende-se que essa liberdade vigiada seria a de poder expressar as suas necessidades tais como anseios e suprimimento dos instintos de forma dosada para que não se tornem recalcados nem houvesse consequências negativas mais adiante. Conforme Ramos (1939b), no entanto, até certo limite, pois se desejava uma pessoa adaptada e isso exigia um controle de comportamento. Essas exteriorizações da liberdade vigiada ocorreriam por meio de jogos e atividades físicas.

Por esse viés, Ramos (1939b, p. 66) justifica a necessidade de "compreender" e "amar" a criança: "faz-se crucial ver a criança em seus círculos sociais diferente da educação tradicional que não buscava entender esses fatores", assim buscando conhecer a origem de seus problemas, e mais, proporcionar situações em que a criança expressasse seus impulsos, instintos (fome, sexualidade, sono, etc.), a fim de corrigir problemas psíquicos ou comportamentos inadequados e exprimir hábitos civilizados, mas não de forma opressora como outrora.

A anormalidade seria o oposto da norma, e quem não se enquadrasse seria alvo da higiene mental, para se adaptar à normalidade. Por isso, o autor defendeu a aplicação da higiene mental pelo fato de ter efeito mais duradouro na formação do indivíduo, ajustando-o à sociedade, “garantidos” pelo controle dos instintos por meio da formação de hábitos desde a infância. Nisso, percebemos o controle social e processos de subjetivação que são contínuos e sistematizados, conforme já discutidos.

Arthur Ramos afirma que a educação familiar repercute na escola no momento em que as crianças mimadas ou escoraçadas (odiadas/maltratadas) reagem de forma negativa, no que se refere à **disciplina**, à aprendizagem escolar e à relação professor-alunos. Em face disso, uma criança mimada ou escoraçada seria um problema para se adaptar ao poder da sociedade no futuro, porque ela exige pessoas “disciplinadas”. Vejamos os sintomas ou maus hábitos decorrentes da “má educação” dos pais que Arthur Ramos (1939) buscava corrigir ou prevenir.

Aí estão os casos de preguiça e desatenção, de gagueira, de problemas de comportamento sexual, de tiques, de muitos outros problemas chamados ‘maus hábitos’, mentiras, furtos e outras falhas que podemos filiar a ‘pré-delinquência’ infantil, de causas afetivas e ambientais, porque o seu desconhecimento ou a atitude errônea da parte do adulto podem trazer consequências perigosas, mais adiante, que parecem mínimos na infância, podem constituir o núcleo de graves distúrbios da vida adulta. (RAMOS, 1939b, p.69).

O médico alagoano enfatizou que essas crianças-problema não são atendidas em seus caprichos ou estão angustiadas, por isso tornam-se agressivas, violentas ou têm um complexo de inferioridade, e ao deparar-se com situações competitivas ou frustrantes, não sabem lidar sem o auxílio dos pais. Uma criança-problema seria um adulto-problema. O desajustamento da criança ao meio social era sinônimo de desobediência. Desse modo, não haveria controle nem ordem social. Por isso, na visão de Ramos (1939b, p.21), “a infância é a idade de ouro para a higiene mental”, pois o adulto já está formado, já na criança “podemos prevenir o aparecimento desses



Nessa perspectiva, o intelectual traz orientações aos professores com destaque para a importância da escola nesse processo educativo, advogando a necessidade da compreensão antes de qualquer denominação de anormalidade. Para tanto, faz-se necessário agir em conjunto com os pais cujo papel envolve conhecer a situação da criança. Nesse aspecto, destaca, ainda, que deve ser mostrado aos pais o “melhor caminho” sobre como educar a criança em prol de auxiliá-los nesse processo, evitando, assim, uma relação excessivamente de mimos ou de maus-tratos geradores de problemas desencadeados na escola e na vida futura.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo possibilitou refletir sobre o lugar da infância na proposta pedagógica de Arthur Ramos que se baseava em uma concepção higienista da mente. Para ele, a infância era uma etapa da vida que precisava ser conduzida pelo o adulto para prevenir e corrigir comportamentos inadequados. Toda essa proposta esteve circunscrita em um projeto de sociedade moderna em que disciplina e a vigilância foram mecanismos de controle, que iriam produzir subjetividades dóceis, isto é, submissas e úteis, melhor dizendo, adaptadas à sociedade capitalista.

Arthur Ramos como homem de seu tempo bebia nas fontes do liberalismo e do positivismo em que via na ciência médica a “salvação da nação” para se manter a ordem social e garantir o progresso econômico. Ele colaborou para um novo olhar para a infância no sentido de desmistificar o termo “anormalidade genética” sem investigar as causas do comportamento, porém, como sua leitura se limitava ao “método clínico”, desconsiderou aspectos sociais, políticos e filosóficos. Saindo do “anormal genético” e adentrando no “anormal cultural” da família do povo, pois segundo Ramos (1939), a cultura do negro era primitiva. Além disso, era a família do povo que necessitava de uma educação higienista.

Assim, na visão do médico alagoano, só há espaço para uma infância, a qual é objeto dos sonhos políticos. A criança é “doente de espírito”, imoral, desviante, que precisa ser moldada através dos preceitos da higiene mental para controlar os instintos. Desse modo, envolve uma visão adultocêntrica que cria discursos de dominação

que no campo discursivo e prático colaborou para relações hierárquicas e de poder, ou seja, com formas de colonização.

Longe de finalizar a discussão este diálogo nos possibilita refletir sobre os discursos históricos não como mero acontecimento absoluto, mas que envolve uma imagem de verdade na construção do outro com estratégias de dominação e submissão. Por isso, a necessidade de revisitar a história e trazê-la um novo olhar, pois deixa vestígios para ser interpretada. Nisso, é possível desconstruir essencialismos que promovem imagens distorcidas sobre os povos, sujeitos e infâncias.

Este estudo nos possibilita pensar que um conceito de infância foi posto como falta e negação, no pensamento pedagógico de Arthur Ramos. Refletir sobre isso, nos permite desconstruir essa visão que nos foi imposta e que ainda se faz presente na atualidade, e defender que todos são detentores de saber e poder, entre elas, a infância. Assim existem infâncias e de que elas podem ocupar vários lugares, como de sujeito, de criação, de uma nova possibilidade de existência, de transformação, de resistência.

## REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

AVELINO, Nildo. **Governamentalidade e democracia liberal**: novas abordagens em teoria política. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 5, p. 81-107, jan./jul. 2011.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

CAMBI, F. **História da pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Ed. da Unesp, 1999.

CAPONI, Sandra. **Loucos e degenerados**: uma genealogia da psiquiatria ampliada. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

DERRIDA, Jacques. **De l'hospitalité. Anne Dufourmantelle invite Jacques Derrida répondre.** Paris: Calmann-Lévy, 1997.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes.** Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994. v. 1.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica.** Rio de Janeiro: Forense, 1994.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso.** Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996b.

\_\_\_\_\_. **História da loucura na Idade Clássica.** Tradução de José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 2010.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir.** Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

KOHAN, O. Walter. **Infancia y Filosofía.** (Colección Pregunto, dialogo, aprendo) 2009.

RAMOS, Arthur. **A criança problema: a higiene mental na escola primária (1939a).** Rio de Janeiro. Casa do Estudante do Brasil, 1954.

\_\_\_\_\_. **Saúde do espírito: higiene mental (1939b).** 7. ed. Rio de Janeiro: Serviço de Nacional de Educação Sanitária, 1958.

\_\_\_\_\_. **A vida da criança no lar.** Jornal de Alagoas, Maceió, ano 32, n. 43, p. 7, 23 jul. 1939d.

REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais.** São Carlos: Claraluz, 2005. SEIXAS, Paulo Castro. **Higienismo: textos que fizeram cidade.** In: PATIN, Isabel (Org.). Literatura e medicina. ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE CIÊNCIA E CULTURAS, 1., 2005, Porto. Porto: Fundação Fernando Pessoa, 2005.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corçini. **Inclusão e governamentalidade.** *Educ. Soc.* [online]. 2007, vol.28, n.100, pp.947-963. ISSN 1678-4626. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302007000300015>. Acesso em: 20 set 2020.